



Tudo aponta para o fim de situações como a que a gravura do nosso Arquivo documenta, onde a segurança do passageiro não é respeitada

Em defesa dos utentes do "Chapa-100"

N. 24/2

89

# Transporte ilícito prestes a terminar

● **Ministério conclui hoje versão do regulamento  
a submeter ao Governo**

por Daniel Cuambe

Vai cessar o mais breve possível no País a proliferação de transportadores de passageiros em moldes clandestinos e ilegais, cuja onda caminhava para níveis cada vez mais assustadores de especulação no exercício daquela actividade, para além dos riscos de vida a que se submetem centenas de milhares de utentes.

Neste sentido, o Ministério dos Transportes e Comunicações conclui hoje a versão da proposta do regulamento de exploração daquela actividade, do que se sabe, a submeter dentro de dias ao Governo para aprovação.

Na discussão desta matéria, subsiste o princípio de que o Estado deve incentivar a iniciativa privada neste tipo de negócio, tendo em conta a incapacidade das empresas estatais em responder ao volume sempre crescente das necessidades do público.

Assim, sem se pretender eliminar os transportadores privados ou criar dificuldades para o exercício da sua actividade, a legislação apontará em primeiro lugar medidas que confiram maior segurança do público utente das referidas viaturas de aluguer.

Foi ainda sublinhada a necessidade de integrar as entidades singulares ou colectivas que exercem a actividade, na área do fisco, uma contribuição exigida para o Estado.

O Ministério debateu também nestes dias sobre que tipo de viaturas se poderiam adoptar para esta área de transporte, que envolve neste momento automóveis ligeiros, carrinhas adaptadas, «mini-bus» e veículos mistos.

A fonte que facultou estes dados ao «Notícias» acrescentou que para cada um destes tipos de veículos haverá, portanto, regras específicas.

Há contudo algumas reservas quanto ao transporte do público em camiões dentro das cidades. Puseram-se bastantes reservas. Abriram-se mesmo assim excepções no transporte de pessoas para funerais, festividades especiais ou casamentos — sublinhou.

A discussão deste assunto, como dissemos, termina hoje, e foi remetida a um grupo que aprofundou a matéria no âmbito da definição de uma política dos transportes rodoviários.

Esta medida, que vem sendo aguardada há já bastante tempo, destina-se por outro lado a defender aquelas entidades que honesta e legalmente desempenham aquela actividade, apli-

cando preços justos e com as suas viaturas nas condições exigidas nos termos da Lei, incluindo o pagamento de impostos.

O Conselho Coordenador do MTC que amanhã encerra os seus trabalhos em Maputo, segundo o seu porta-voz debateu já assuntos como a assistência ao equipamento rodoviário, importação de viaturas, serviços de viação e formação profissional.

Os grupos de estudo ontem formados debruçam-se sobre o plano de acções para 1989, incluindo o Orçamento Geral do Estado e investimentos.

A organização do Aparelho do Estado, formação, gestão e controlo dos quadros, o relacionamento entre estruturas centrais provinciais, e distritais também estiveram na mesa do debate.

## FIXAR QUADROS

O Ministério dos Transportes e Comunicações pronunciou-se ainda ontem, pela voz do respectivo titular da pasta, Armando Guebuza, sobre a urgente necessidade de se atribuir estímulos aos quadros qualificados do sector.

Foi afirmado que numerosos moçambicanos formados em mecânica aos diversos níveis encontram-se hoje desempenhando actividades nos países vizinhos onde encontram rendimentos que lhes satisfacem.

Dentre esses países particular destaque deu-se à Suazilândia, Malawi e Zimbabwe, em detrimento das necessidades do País, onde tais quadros dariam um contributo mais valioso e extremamente necessário.

Guebuza falava assim a dado passo sobre questões relacionadas com a implantação de um quadro de pessoal do sector capaz, defendendo que não basta formar especialistas sem que estes recebam efectivamente estímulos.

O Ministro dos Transportes e Comunicações recomendou aos grupos de trabalho ontem formados para a análise ou concessão de uma metodologia que institucionalize o estudo do projecto de Teses ao 5.º Congresso em todos os sectores do organismo.